

# Palavra final está nas mãos de Saturnino

Acareação encerra fase de investigação. Relatório será apresentado quinta-feira que vem e votado na sexta

Ilimar Franco

• BRASÍLIA. O Conselho de Ética do Senado encerrou, com a acareação, a fase de investigação sobre a violação do painel. Agora, o destino de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) está nas mãos do relator do processo, Saturnino Braga (PSB-RJ). Seu relatório será apresentado dia 10 e no dia seguinte será votado pelos 16 integrantes do conselho. Só depois de votado e enviado à Mesa, que tem de homologar a representação, é que se dará início formalmente ao possível processo de cassação por quebra de decoro.

— O relator tem todas as condições para apresentar seu voto. Os envolvidos já prestaram seus depoimentos e as versões foram comparadas por uma acareação — disse o presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS).

Os integrantes do conselho estão convencidos de que o relator vai pedir a cassação. Sua indignação durante os depoimentos e a acareação é apontada como indicativo de que já tem juízo formado.

## Até pefelistas ressaltam a mentira inicial

Mesmo os senadores pefelistas acham que a quebra de decoro foi caracterizada pelo fato de os dois terem mentido sobre o episódio. Muitos senadores acreditam que ambos fizeram o pedido para extrair a lista com a votação secreta. Uma parcela ainda maior considera que Antonio Carlos, se não pediu a lista, cometeu um erro grave ao não tomar providências para investigar a violação.

— O clima é adverso e o relatório será pela cassação. Ninguém vai trabalhar para atenuar as penas porque não há clima de confiabilidade para operar qualquer acordo — disse um pefelista.

— O que o relator sugerir vai ser aprovado pelo conselho — afirmou Amir Lando (PMDB-RO).

## Para senadores, renúncia voltará a ser considerada

Concluída a fase das investigações, senadores também acham que os dois acusados passarão a refletir mais seriamente sobre a renúncia para evitar a perda dos direitos políticos. Os dois, segundo aliados, continuam negando a possibilidade. Os próprios senadores já trabalham com um processo mais longo, com a cassação voltando a ser analisada pelo conselho. ■